

- Observatório de Política Externa Brasileira -

Nº 97

19/05/06 a 25/05/06

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), Haroldo Ledandeck, Juliana Alves da Costa, Lisandra Crosara, Maria Paula de Barros Cantusio (redatora responsável).

Brasil anunciou medidas para conter dependência de gás boliviano

O governo brasileiro e a estatal brasileira do petróleo, Petrobrás, deverão implementar novas medidas no setor de abastecimento de gás natural para tentar diminuir a dependência do país em relação ao produto boliviano. Dentre as novas metas estão o aumento dos investimentos nas reservas nacionais, a abertura de licitações para a importação de gás natural liquefeito (GNL) e o início de testes no uso de álcool como combustível das usinas termelétricas no lugar do gás. O Brasil também pretende mudar o meio pelo qual o gás importado é trazido ao país, ao menos em parte, substituindo o uso do gasoduto Brasil-Bolívia pelo uso de navios. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 19/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/05/06; O Globo – Economia – 23/05/06).

Brasil e Inglaterra procuraram firmar parceria na área científica

Os ministros da Ciência do Brasil, Sérgio Rezende, e da Inglaterra, David King, participaram da abertura de um congresso sobre biotecnologia e modelagem climática, no dia 22 de maio, em Londres. O objetivo do encontro foi tratar da cooperação entre brasileiros e ingleses na área científica. (Folha de S. Paulo – Ciência – 20/05/06).

Sojicultores brasileiros poderão perder suas terras na Bolívia

O ministro boliviano de Desenvolvimento Rural, Hugo Salvatierra, declarou que os brasileiros que produzem soja na Bolívia poderão ser expulsos caso fique confirmada alguma irregularidade em relação ao arrendamento de suas terras. Segundo Salvatierra, esta não é uma medida cujo alvo são apenas os produtores



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

do Brasil. O governo boliviano pretende regularizar as propriedades rurais de todo o país, exterminando a ilegalidade e a improdutividade, para dar impulso ao seu projeto de reforma agrária. Estima-se que hajam mais de 100 famílias brasileiras de sojicultores na Bolívia, ocupando cerca de 30 mil hectares de terras e responsáveis por 35% da produção de soja do país vizinho. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/05/06).

Itamaraty alertou Uruguai e Paraguai

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil emitiu uma declaração, no dia 20 de maio, na qual afirmou que o Paraguai e o Uruguai devem escolher se querem permanecer no Mercosul ou se preferem negociar acordos de livre-comércio com outros países. O documento foi uma reação do governo brasileiro à afirmação do presidente paraguaio, Nicanor Duarte, de que seu país e o Uruguai pediriam autorizações especiais a seus sócios do Mercosul, Brasil e Argentina, para que pudessem negociar tratados de livre comércio com os Estados Unidos e com outros países. De acordo com Duarte, o pedido seria apresentado oficialmente na próxima reunião do bloco, marcado para julho. O chanceler uruguaio, Reinaldo Gargano, entretanto, declarou não ter conhecimento sobre o conteúdo das afirmações do presidente do Paraguai, e ainda que seu país não havia pedido nenhuma autorização ao Mercosul para negociações de livre-comércio com outros países. Para o chanceler brasileiro, Celso Amorim, o Mercosul deixará de ser o que é hoje caso o Uruguai e o Paraguai negociem com os EUA. Amorim também afirmou que, se a Bolívia aceitar o convite do Uruguai para entrar no Mercosul, ela será “bem-vinda”. O Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto, documentos que ditam as regras dentro do Mercosul, prevêem que os países membros devem negociar conjuntamente acordos de liberalização comercial com as demais nações. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 20/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 22/05/06).

Jacques Chirac visitará o Brasil

O presidente francês, Jacques Chirac, desembarcou no Brasil para uma visita oficial, no dia 25 de maio, acompanhado de cinco ministros e 20 grandes empresários. Fazem parte de sua agenda negociações de acordos nas áreas de inovação tecnológica, intercâmbio de funcionários diplomáticos e cooperação nas áreas nuclear civil e na de biocombustível. Em conversa que tem marcada com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, Chirac deverá tratar do programa nuclear iraniano, da nacionalização das reservas naturais na Bolívia, da necessidade de se concluir um acordo entre Mercosul e União Européia (UE) e da questão dos subsídios agrícolas, assunto em pauta na Organização Mundial do Comércio (OMC). Também deverão ser discutidos a reivindicação brasileira a um assento permanente no Conselho de segurança das Nações Unidas (ONU) e o



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

projeto anunciado por Chirac, e apoiado por Lula, de taxar as tarifas aéreas com vistas a combater a miséria no mundo. Se aprovado, o projeto dará origem a um fundo de ajuda, com o apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). (Folha de S. Paulo – Brasil – 24/05/06; O Estado de S. Paulo – Internacional – 21/05/06; O Globo – Economia – 22/05/06; O Globo – Economia – 23/05/06).

Proposta brasileira recebeu apoio dos Médicos Sem Fronteiras em reunião anual da OMS

Durante o encontro anual da Organização Mundial da Saúde (OMS), em Genebra, a Organização Não-Governamental Médicos Sem Fronteiras (MSF) fez um apelo para que a proposta feita pelo Brasil e pelo Quênia de se promover o desenvolvimento de remédios para doenças que atingem os países mais pobres fosse aprovada. Estes tipos de medicamentos não recebem investimentos pelo fato de não serem lucrativos para os grandes laboratórios. O encontro da OMC terminará no dia 27 de maio, mas não contará com a participação de nenhuma delegação do Brasil, apesar do país assinar a autoria da proposta reivindicada pelo MSF. (O Estado de S. Paulo – Vida& – 22/05/06; O Globo – Mundo – 20/05/06).

Celso Amorim viajou a Bolívia

Depois do presidente boliviano, Evo Morales, ter retirado o Brasil da lista dos países que apóiam a Bolívia incondicionalmente e ter acusado a estatal brasileira do petróleo, Petróbras, de sonegação de impostos e contrabando de gás no encontro que teve com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, no início de maio, em Viena, o o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, foi à Bolívia tentar normalizar as relações diplomáticas entre os dois países. Durante a reunião que teve com Morales e com seu chanceler, David Choquehuanca, Amorim reafirmou a insatisfação brasileira com a presença do Exército boliviano nas refinarias da Petrobrás. Morales, por sua vez, solicitou que as negociações sobre os termos da nacionalização e do preço do gás exportado ao Brasil sejam agilizadas. O chanceler brasileiro, porém, deixou claro que as mesmas não serão feitas no âmbito governamental, por acreditar que trata-se de um tema empresarial, mas que o governo brasileiro não admitirá a saída da Petrobrás da Bolívia sem que a devida indenização seja paga. Em resposta, Choquehuanca declarou que o governo boliviano não trataria do tema da indenização até que uma auditoria sobre as contas da estatal brasileira estivesse terminada, mas defendeu a não-indenização caso as negociações terminem sem acordo mútuo e a Petrobras venha a se retirar do país. Nesse sentido, Amorim insistiu para que a Bolívia aceitasse a ajuda de uma auditoria independente, com a finalidade de evitar conclusões precipitadas. Outro assunto tratado durante o encontro foi a reforma fundiária que o governo de Morales pretende implementar



na Bolívia. Neste sentido, Amorim declarou que o Brasil estaria disposto a renovar, em setembro deste ano, o acordo bilateral de regularização de imigrantes ilegais, mas que os brasileiros que moram na Bolívia em situação irregular deveriam ser tratados de forma humanitária e civilizada. Ambos os países acabaram concordando, então, com a criação de dois grupos bilaterais de trabalho que tratarão da questão da imigração e da reforma, sobretudo seus impactos sobre os imigrantes brasileiros residentes no país vizinho. Além de Morales e Choquehuanca, Amorim reuniu-se com os ministros bolivianos da Casa Civil, Juan Ramón Quintana, e do Planejamento, Carlos Villegas. Entre as propostas feitas pelo representante brasileiro estavam um financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para obras em infra-estrutura na Bolívia e uma maior abertura do mercado brasileiro a produtos bolivianos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/05/06; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 23/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 21/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 22/05/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 23/05/06; O Globo – Economia – 22/05/06; O Globo – Economia – 23/05/06).

Anistia Internacional detectou problemas no Brasil

A Anistia Internacional (AI) divulgou, no dia 23 de maio, seu relatório anual sobre a preservação dos direitos humanos no período de janeiro a dezembro de 2005. Na parte destinada ao Brasil, a Anistia reprovou os abusos cometidos pela polícia nacional, a situação degradante do sistema carcerário brasileiro e a ausência de políticas de segurança pública. Denunciou também torturas e maus-tratos a presos e menores infratores, trabalho escravo, desrespeito aos índios, assassinatos relacionados a disputas de terras, impunidade no sistema judicial e perseguição a ativistas. O autor do capítulo sobre o Brasil, Tim Cahill, declarou que o relatório foi finalizado há dois meses, ou seja, antes dos ataques de uma facção criminosa ao Estado de São Paulo, e que o que aconteceu foi apenas um indício de que as dificuldades só estão se repetindo. Cahill considerou ainda “decepcionante” a atuação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no tocante aos direitos humanos. (Folha de S. Paulo – Mundo – 23/05/06).

Espécies brasileiras serão registradas para evitar pirataria

O Grupo Interministerial Brasileiro de Propriedade Intelectual divulgou uma lista com mais de três mil espécies de plantas nacionais, cuja finalidade será impedir que sejam registradas como marcas em outros países e, conseqüentemente, utilizadas de maneira imprópria fora do Brasil. A lista será entregue a escritórios internacionais de registros e a instituições internacionais, como a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), para que outros países possam consultá-la e não aceitar solicitações de empresas estrangeiras que tenham como objetivo a apropriação indevida de nomes de plantas brasileiras. No mesmo dia, a ministra brasileira de Meio Ambiente, Marina Silva, comunicou a participação do



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Brasil em um movimento mundial de combate a espécies invasoras. (Folha de S. Paulo – Ciência – 23/05/06; O Estado de S. Paulo – Vida& – 23/05/06; O Globo – Economia – 23/05/06).

EUA financiarão vacinas brasileiras

O governo norte-americano anunciará investimentos para a produção de vacinas brasileiras contra a gripe aviária. O auxílio tem como finalidade não deixar que os preparativos que estão sendo feitos nos Estados Unidos sejam prejudicados pela falta de preparação de países próximos. Cerca de 17 países em toda a América Latina serão contemplados com financiamentos norte-americanos, que além de serem utilizados no desenvolvimento de vacinas, auxiliarão na instituição de medidas de vigilância e treinamento. (O Estado de S. Paulo – Vida& – 23/05/06).

Retaliação à UE está sendo estudada pelo Brasil

Diante do vencimento do prazo para que a União Européia (UE) cumpra a decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC) e reformule sua política de concessão de subsídios ao açúcar, o Brasil passou a estudar medidas de retaliação ao bloco. A UE alega que cumpriu todas as exigências da OMC e declarou que, desde o dia 23 de maio, todas as licenças que permitiam a exportação de açúcar subsidiado foram sustadas. No entanto, o Brasil alega que estas licenças têm validade de três meses, o que autoriza os produtores europeus de açúcar a exportarem até agosto de 2006. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 23/05/06).

Venezuela aprovou protocolo para ingresso pleno no Mercosul

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, declarou a aprovação do protocolo de adesão plena do país ao Mercosul e estabeleceu um prazo de quatro anos para integração completa ao bloco. Chavez disse ainda que, pelo protocolo, Brasil e Argentina se comprometeram a eliminar tarifas para o comércio com a Venezuela até 1º de janeiro de 2010, enquanto a Venezuela comprometeu-se a eliminar suas tarifas até 2012. Além disso, o presidente venezuelano expressou interesse na entrada da Bolívia como membro pleno do bloco. Na visão do Itamaraty, a incorporação do país governado por Chavez fará com que o bloco ganhe uma nova dimensão política, econômica e comercial. Com isso, o bloco passará a um importante vetor de integração na América do Sul e um dos mais significativos produtores mundiais de alimentos. (Folha de S. Paulo - Dinheiro - 24/05/06; O Globo – Economia – 25/05/06).



Receita apertou fiscalização contra pirataria na fronteira com Paraguai

O governo brasileiro, por meio da Receita Federal, intensificou o controle de entrada e saída de produtos na fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai. O conjunto de ações desenvolvidas pelo governo é chamado de Operação Leão em guarda e visa combater a pirataria e o contrabando na região. (Folha de S. Paulo - Dinheiro - 24/05/06).

Haiti receberá mais ajuda de países aliados

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil organizou uma reunião internacional para discutir a situação do Haiti, país no qual comanda as Forças das Nações Unidas de Estabilização de Paz, a Minustah. A reunião, que contou com a participação de 16 países e 11 organismos internacionais participantes da missão de paz, definiu a extensão do prazo de vigência do quadro de cooperação interino e a adoção de um programa de ações emergenciais na área social com o objetivo de reduzir os índices de violência no país caribenho. Além disso, segundo recomendação do atual chefe da da Minustah, o chileno Juan Gabriel Váldez, definiu-se necessária a presença militar estrangeira até o fim do mandato do recente presidente eleito, René Préval, em 2010. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 24/05/06).

Proposta de Chávez irritou governo brasileiro

Diante da pressão exercida pelo presidente venezuelano, Hugo Chávez, para que as empresas brasileiras que operam em seu país participem de uma missão comercial na Bolívia, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro orientou um grupo de companhias nacionais a recusar o convite. O governo brasileiro considerou a atitude de Chávez uma interferência nas ações da diplomacia comercial brasileira e divulgou que uma resposta agressiva deverá ser enviada a Caracas nos próximos dias. (O Estado de S. Paulo - Economia e Negócios - 24/05/06)

Possível fiasco na Cúpula do Mercosul preocupa Argentina

O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Jorge Taiana, expressou ao governo brasileiro sua preocupação acerca da possível ausência do presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, na próxima Cúpula do Mercosul, a ser realizada na Argentina, nos dias 20 e 21 de julho. O receio do país vizinho decorre da possibilidade de fracasso do bloco e da dupla responsabilidade que levaria seu país por dois motivos principais: em primeiro lugar, a ausência de Vázquez explicitaria o embate entre os dois países no caso da guerra das fábricas de celulose e poderia desencadear a firmação de acordos comerciais especiais do



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Uruguai com os Estados Unidos e, em segundo lugar, levaria ao descrédito da Argentina, uma vez que o país ocupará a presidência do Mercosul até 22 de julho. Entretanto, após encontrar-se com a vice-chanceler do Uruguai, Belela Herrera, o chanceler brasileiro, Celso Amorim, afirmou não acreditar que o país vizinho fará acordos comerciais bilaterais com os Estados Unidos e que Montevideu está consciente de que tal atitude é incompatível com as normas do bloco e que, caso isso ocorra, o formato de sua presença no bloco deveria ser revisto. (O Estado de S. Paulo - Economia e Negócios - 24/05/06).

Bush indicou novo embaixador norte-americano para o Brasil

O governo brasileiro autorizou a vinda do novo embaixador dos Estados Unidos, Clifford M. Sobel. O primeiro desafio de Sobel quando assumir o posto será o de convencer as autoridades brasileiras a acalmar os ânimos de líderes sul-americanos, como os presidentes venezuelano, Hugo Chavez, e boliviano, Evo Morales, que assumiram uma posição antiamericana em seus respectivos governos. Espera-se também que Sobel retome o processo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos, reforçado no final de 2005 durante a visita de George W. Bush ao Brasil. (O Globo – O País – 25/05/06).